

DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS

SOCIAL INEQUALITY AND EDUCATION IN BRAZIL: AN INTERSECTIONAL ANALYSIS FROM A HUMAN RIGHTS PERSPECTIVE

DESIGUALDAD SOCIAL Y EDUCACIÓN EN BRASIL: UN ANÁLISIS INTERSECCIONAL DESDE UNA PERSPECTIVA DE DERECHOS HUMANOS

Juliano Morais Detoni¹

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4619

Recibido: 16/02/2026 | Aceptado: 18/02/2026 | Publicación en línea: 20/02/2026.

RESUMO

Este artigo analisa de que maneira a desigualdade social estrutura os processos educacionais no Brasil para além de sua dimensão estritamente econômica, considerando a atuação combinada de fatores territoriais, raciais e institucionais na produção e reprodução das assimetrias educacionais. Adotou-se abordagem qualitativa de natureza analítico-interpretativa, fundamentada em revisão bibliográfica sistematizada em bases acadêmicas indexadas e em análise documental de relatórios educacionais nacionais e internacionais publicados entre 2015 e 2024. Os achados evidenciam quatro eixos estruturais de reprodução da desigualdade educacional: segmentação territorial da oferta escolar, racialização do desempenho acadêmico, seletividade institucional nos mecanismos de acesso e permanência e desigualdade nas condições concretas de aprendizagem. Os resultados indicam que a desigualdade educacional não constitui mero efeito colateral das desigualdades sociais mais amplas, mas componente estrutural do próprio modelo de organização educacional brasileiro. Conclui-se que políticas públicas centradas apenas na ampliação do acesso formal mostram-se insuficientes, sendo necessária a reorganização das condições institucionais de permanência, aprendizagem e distribuição de recursos educacionais, orientada por princípios de equidade e justiça social.

Palavras-chave: Desigualdade Educacional. Justiça Social. Políticas Educacionais. Inclusão. Direitos Humanos.

ABSTRACT

This article analyzes how social inequality structures educational processes in Brazil beyond strictly economic dimensions, considering the combined action of territorial, racial, and institutional factors in producing and reproducing educational asymmetries. A qualitative analytical-interpretative approach was adopted, based on a systematized literature review in indexed academic databases and documentary analysis of national and international educational reports published between 2015 and 2024. The findings reveal four structural axes of educational inequality reproduction: territorial segmentation of school provision, racialization of academic performance, institutional selectivity in access and permanence mechanisms, and inequality in concrete learning conditions. The results indicate that educational inequality is not merely a collateral effect of broader social inequalities, but a structural component of the Brazilian educational model. It is concluded that public policies centered only on expanding formal access are insufficient, and the reorganization of institutional conditions of permanence, learning, and distribution of educational resources is necessary, oriented by principles of equity and social justice.

¹ Doutorando em Direito, Fundação Universitaria Iberoamericana (FUNIBER), Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: detoni.auditorperito@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-3121-5471>

performance, institutional selectivity in access and permanence mechanisms, and inequality in concrete learning conditions. The results indicate that educational inequality is not merely a collateral effect of broader social inequalities but a structural component of the Brazilian educational organization model itself. It is concluded that public policies focused solely on expanding formal access are insufficient, requiring the reorganization of institutional conditions for permanence, learning, and distribution of educational resources, guided by principles of equity and social justice.

Keywords: Educational Inequality. Social Justice. Educational Policies. Inclusion. Human Rights.

RESUMEN

Este artículo analiza de qué manera la desigualdad social estructura los procesos educativos en Brasil más allá de su dimensión estrictamente económica, considerando la acción combinada de factores territoriales, raciales e institucionales en la producción y reproducción de las asimetrías educativas. Se adoptó un enfoque cualitativo de carácter analítico-interpretativo, basado en una revisión bibliográfica sistematizada en bases académicas indexadas y en el análisis documental de informes educativos nacionales e internacionales publicados entre 2015 y 2024. Los hallazgos evidencian cuatro ejes estructurales de reproducción de la desigualdad educativa: segmentación territorial de la oferta escolar, racialización del rendimiento académico, selectividad institucional en los mecanismos de acceso y permanencia y desigualdad en las condiciones concretas de aprendizaje. Los resultados indican que la desigualdad educativa no constituye un simple efecto colateral de las desigualdades sociales más amplias, sino un componente estructural del propio modelo de organización educativa brasileño. Se concluye que las políticas públicas centradas únicamente en la ampliación del acceso formal resultan insuficientes, siendo necesaria la reorganización de las condiciones institucionales de permanencia, aprendizaje y distribución de recursos educativos, orientada por principios de equidad y justicia social.

Palabras clave: Desigualdad Educativa. Justicia Social. Políticas Educativas. Inclusión. Derechos Humanos.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta níveis historicamente elevados de desigualdade social (IBGE, 2022). Apesar da ampliação normativa de direitos sociais nas últimas décadas, a distribuição desigual das oportunidades educacionais mantém padrões persistentes de exclusão (UNESCO, 2021; Soares & Alves, 2013).

A educação constitui simultaneamente um direito humano fundamental e um dos

principais mecanismos institucionais de mobilidade social (Sen, 2010; Rawls, 2002). Contudo, quando o acesso educacional ocorre de forma desigual, a escola deixa de atuar como instrumento de igualdade e passa a reproduzir hierarquias sociais preexistentes (Bourdieu & Passeron, 2014; Dubet, 2004).

Parte-se da hipótese de que a desigualdade educacional constitui um dos principais mecanismos contemporâneos de reprodução da desigualdade social no Brasil, sobretudo em contextos de expansão quantitativa do acesso escolar (Crahay et al., 2014; Soares & Alves, 2013).

Marco Teórico: Desigualdade e Reprodução Social

A desigualdade brasileira possui raízes estruturais associadas ao período colonial e à herança escravista, configurando mecanismos duradouros de reprodução social (Bourdieu & Passeron, 2014; Sen, 2010). Nesse contexto, a escola não opera isoladamente, mas integrada às dinâmicas sociais mais amplas, reproduzindo disposições culturais socialmente distribuídas (Bourdieu, 1998).

A perspectiva interseccional permite compreender que raça, gênero e classe não atuam separadamente, mas produzem desigualdades combinadas (Crenshaw, 2002; Collins, 2019). A exclusão educacional manifesta-se tanto no acesso quanto na permanência e no desempenho escolar (UNESCO, 2021).

Assim, a desigualdade educacional não se limita à renda familiar, envolvendo também capital cultural e social (Bourdieu & Passeron, 2014), bem como condições institucionais de escolarização e território educacional (Crahay et al., 2014).

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa de natureza analítico-interpretativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica estruturada e análise documental. O delineamento metodológico buscou assegurar rastreabilidade e replicabilidade das etapas de coleta e tratamento das informações, aproximando-se do modelo de revisão narrativa sistematizada utilizado em estudos educacionais teóricos.

A etapa de levantamento bibliográfico foi realizada entre março e maio de 2024 em bases acadêmicas indexadas de circulação internacional e regional, abrangendo periódicos científicos

da área educacional e de ciências sociais. Foram utilizados os descritores combinados, em português, inglês e espanhol: “desigualdade educacional”, “educational inequality”, “inequidad educativa”, “justiça social”, “social justice”, “educational policy” e “school inequality”. Empregaram-se operadores booleanos AND e OR para refinamento dos resultados.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão:

- (a) artigos científicos revisados por pares;
- (b) publicações entre 2015 e 2024;
- (c) estudos empíricos ou teóricos com interface direta entre desigualdade social e educação;
- (d) pesquisas com foco em políticas educacionais, acesso, permanência ou desempenho escolar.

Como critérios de exclusão consideraram-se:

- (a) publicações exclusivamente opinativas;
- (b) trabalhos sem relação direta com o campo educacional;
- (c) duplicidades entre bases;
- (d) estudos cujo texto integral não estava disponível.

Após a aplicação dos filtros e leitura dos resumos, procedeu-se à leitura integral dos trabalhos selecionados, resultando em um corpus analítico final composto por estudos acadêmicos e relatórios institucionais nacionais e internacionais. Paralelamente, realizou-se análise documental de relatórios educacionais oficiais, utilizados como fontes complementares de contextualização empírica.

O tratamento dos dados ocorreu por meio de análise de conteúdo temática, permitindo a identificação de categorias recorrentes relativas aos mecanismos de reprodução das desigualdades educacionais. A categorização foi construída de forma indutiva a partir da convergência analítica dos textos examinados, originando quatro eixos interpretativos: segmentação territorial da oferta educacional, desigualdade racial de desempenho, seletividade institucional e desigualdade nas condições de aprendizagem.

Esse procedimento permitiu articular referencial teórico e evidências documentais, possibilitando interpretar a desigualdade educacional como fenômeno estrutural, e não apenas conjuntural, no sistema educacional brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do corpus bibliográfico e documental permitiu identificar que a desigualdade educacional no Brasil não se manifesta de forma homogênea, mas por meio de mecanismos estruturais articulados. A convergência dos estudos examinados possibilitou a organização interpretativa em quatro eixos analíticos: segmentação territorial da oferta escolar, racialização do desempenho acadêmico, seletividade institucional e desigualdade nas condições de aprendizagem.

Segmentação Territorial da Oferta Educacional

Os dados analisados indicam que a localização geográfica das instituições escolares constitui um dos principais determinantes das oportunidades educacionais (Soares & Alves, 2013; UNESCO, 2021). A distribuição desigual de infraestrutura, recursos pedagógicos e qualificação docente produz sistemas educacionais paralelos dentro do mesmo sistema nacional (Crahay et al., 2014).

A desigualdade territorial não se limita à dicotomia urbano–rural, mas reproduz padrões intraurbanos associados à segregação socioespacial (Bourdieu, 1998). Dessa forma, o território opera como variável estruturante da experiência educacional, condicionando o acesso efetivo ao direito à educação (Sen, 2010).

Racialização do Desempenho Acadêmico

A literatura examinada demonstra persistência de diferenças sistemáticas de desempenho escolar associadas a marcadores raciais (Collins, 2019; UNESCO, 2021). Tais diferenças não se explicam apenas por fatores socioeconômicos, mas por expectativas institucionais diferenciadas e processos de estigmatização pedagógica (Bourdieu & Passeron, 2014).

Assim, a desigualdade educacional assume dimensão sociocultural, indicando que a escola não apenas reflete desigualdades externas, mas também participa de sua reprodução simbólica (Dubet, 2004).

Seletividade Institucional nos Mecanismos de Acesso e Permanência

Os mecanismos formais de universalização do acesso escolar não eliminaram formas indiretas de exclusão educacional (Crahay et al., 2014). Processos avaliativos padronizados operam como filtros institucionais que afetam desigualmente os estudantes (Soares & Alves, 2013).

A igualdade formal de acesso não corresponde à igualdade material de permanência (Rawls, 2002; Sen, 2010).

Desigualdade nas Condições de Aprendizagem

Além do acesso e da permanência, a desigualdade manifesta-se nas condições efetivas de aprendizagem. A heterogeneidade na disponibilidade de materiais pedagógicos, tecnologias educacionais, apoio pedagógico individualizado e carga horária efetiva gera diferentes níveis de apropriação do conhecimento escolar.

A aprendizagem não pode ser compreendida apenas como resultado do esforço individual do estudante, mas como produto das condições institucionais de ensino (Bourdieu, 1998; Dubet, 2004). A desigualdade educacional desloca-se do plano do acesso para o plano da qualidade diferenciada da experiência escolar (UNESCO, 2021).

Síntese Interpretativa

Os quatro eixos analisados demonstram que a desigualdade educacional opera como fenômeno sistêmico. A escola não atua apenas como espaço de redução de desigualdades sociais, mas também como instituição que pode reorganizá-las sob novas formas. A universalização da matrícula ampliou o acesso, porém não alterou integralmente a estrutura distributiva das oportunidades educacionais.

Nesse sentido, políticas educacionais centradas exclusivamente na expansão quantitativa do acesso mostram-se insuficientes. A redução das desigualdades exige intervenções voltadas à reorganização das condições institucionais de ensino, permanência e aprendizagem, deslocando o foco das políticas públicas da inclusão formal para a equidade estrutural.

CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que a desigualdade educacional no Brasil não pode ser compreendida como simples consequência de fatores socioeconômicos externos à escola. A análise evidenciou que o sistema educacional participa ativamente da reorganização das desigualdades sociais por meio de mecanismos institucionais que afetam de forma diferenciada o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

A organização dos resultados em quatro eixos — segmentação territorial da oferta escolar, racialização do desempenho acadêmico, seletividade institucional e desigualdade nas condições de aprendizagem — permitiu compreender a desigualdade educacional como fenômeno estrutural e multidimensional. Ainda que a expansão das matrículas tenha ampliado o acesso formal à educação básica, persistem padrões sistemáticos de diferenciação educacional associados ao território, à origem social e às condições institucionais de ensino.

A principal contribuição do trabalho consiste em demonstrar que políticas educacionais baseadas exclusivamente na universalização do acesso tendem a produzir inclusão quantitativa sem equidade qualitativa. Assim, a superação das desigualdades educacionais depende da reorganização das condições de oferta do ensino, da redistribuição de recursos pedagógicos e da adoção de estratégias institucionais orientadas à equidade, e não apenas à expansão.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados indicam a necessidade de deslocamento do foco avaliativo do desempenho individual para as condições estruturais de aprendizagem. A avaliação educacional deve considerar o contexto institucional, as oportunidades efetivas de aprendizagem e a distribuição desigual de recursos escolares, evitando a responsabilização exclusiva do estudante ou do professor pelos resultados acadêmicos.

O estudo apresenta limitações inerentes à abordagem bibliográfica e documental adotada, não permitindo mensuração empírica direta dos fenômenos analisados. Pesquisas futuras poderão aprofundar os achados por meio de investigações empíricas comparativas entre redes escolares e territórios educacionais distintos, bem como analisar os efeitos de políticas redistributivas específicas sobre a redução das desigualdades educacionais.

Conclui-se, portanto, que a democratização educacional não se esgota no acesso universal à escola. A efetivação do direito à educação exige condições equitativas de aprendizagem, o que implica repensar a organização institucional do sistema educacional e suas formas de distribuição de oportunidades. A equidade educacional deve ser compreendida como objetivo estruturante das

políticas públicas, sob pena de a escola continuar reproduzindo, sob novas formas, as desigualdades sociais que se propõe a superar.

A democratização educacional não se esgota no acesso universal à escola (Crahay et al., 2014). A efetivação do direito à educação exige condições equitativas de aprendizagem (Rawls, 2002; Sen, 2010). Caso contrário, a escola continuará reproduzindo desigualdades sociais sob novas formas institucionais (Bourdieu & Passeron, 2014).

REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2017). *Sobre a educação em um mundo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (2014). *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes.
- Rawls, J. (2002). *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes.
- Sen, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- UNESCO. (2021). *Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação*. <https://unesdoc.unesco.org>
- IBGE. (2022). *Síntese de indicadores sociais*. <https://www.ibge.gov.br>
- IPEA. (2023). *Desigualdades raciais, por cor ou raça no Brasil*. <https://www.ipea.gov.br>